

O pensamento social de Valentim Fernandes Bouças: organização e ação política, 1930-1940

Maurício Gonçalves Margalho*

Em uma conjuntura complexa e turbulenta como a dos anos 1930, analisar a trajetória e o pensamento econômico-social de um empresário como Valentim Bouças é uma tarefa difícil. Isto acontece porque não basta efetuar uma análise dos discursos, na ilusão de que com essa metodologia descortinar-se-á o pensamento social pelo qual o intelectual orientava sua ação política. Antes de prosseguir na análise é relevante ressaltar a formação de Valentim Fernandes Bouças e sua trajetória profissional. Em 1º de junho de 1905 ele começou a trabalhar como office-boy no Escritório Técnico da *Companhia Docas de Santos*. Em 1906 ele recebeu autorização de Cândido Gaffree para se matricular na Academia de Comércio de Santos – onde se formou em contabilidade.

As evidências disponíveis nas fontes demonstram que o vínculo de Valentim Bouças com o capital estrangeiro, na qualidade de representante comercial, iniciou por volta de 1912 / 1913, quando ele se tornou vendedor da *National Cash Register Company*, trabalhando para essa empresa até 1915. No período de 1915 a 1916, passou a representar a *Boston Belting Company*. A *International Business Machines Corporation* – IBM – surgiu no Brasil em 1917, ainda funcionando com a razão social de *Computing Tabulating Recording Company* – CTR. Foi nesse ano que Bouças, então representante da CTR, firmou o primeiro contrato para a prestação de serviços na área de processamento de pagamentos e estatística comercial. O interesse do governo brasileiro por essa avançada tecnologia o levou a contratar os serviços da CTR para estudos demográficos. Em 1920 chegaram ao Brasil as primeiras máquinas impressoras. A empresa estadunidense veio com a finalidade de processar o Censo Demográfico de 1920, então sob a incumbência do Ministério da Agricultura. Já sob a razão social de IBM, passou a prestar serviços de processamento de informações referentes ao pagamento de pessoal e outras despesas.

No entanto, foi somente em 1924, sob o Governo do Presidente Arthur Bernardes, que a IBM estabeleceu-se oficialmente no Brasil na condição de prestadora de serviços para o Governo Federal. Não satisfeito em limitar sua atuação empresarial ao setor privado, Bouças buscou um cliente com poder econômico e político bem maior: as instituições do Estado restrito. Com essa finalidade, fundou em 1917 a *Companhia Serviços Hollerith*, objetivando prestação de serviços através do aluguel de equipamentos da IBM a agências governamentais.

* Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Docente na Rede Pública Estadual/RJ.

A CSH ingressou em um negócio bastante lucrativo, a locação de máquinas da IBM no Brasil. Na qualidade de correspondente da IBM, Valentim Bouças receberia 2% de comissão sobre os aluguéis dos equipamentos da empresa no Brasil. O primeiro contrato da prestação de serviços da CSH com o Tesouro Nacional foi registrado em 1923.

O prestígio acumulado pelo empresário o levou a tornar-se um valioso colaborador do governo Vargas em questões econômicas e financeiras nos anos 1930. Ao se aproximar do governo federal, Valentim Bouças ocupou posição estratégica nas principais agências do Estado capitalista em gestação. Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros de Estados e Municípios, Conselho Técnico de Economia e Finanças e Conselho Federal do Comércio Exterior – por exemplo. Foi, ainda, assessor financeiro pessoal do Presidente Getúlio Vargas.

Não obstante o pensamento econômico liberal tivesse oposto Bouças a medidas protecionistas do Estado-governo ao setor fabril nacional, criando uma situação de conflito com lideranças industriais, como Euvaldo Lodi e Vicente Galliez, nem por isso, o empresário santista deixou de assumir posição favorável às medidas interventoras tomadas pelo Estado capitalista, que emergiu, após 1930. Lodi e Galliez eram associados a *Federação das Indústrias do Rio de Janeiro* e se opuseram a Valentim Bouças, afirmando a necessidade de proteção também para o setor industrial (LEOPOLDI, 2000: 111-112).

Em 25 de janeiro de 1931, Valentim Bouças publicou no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, um artigo em que defendia a intervenção da União nos Estados e Municípios do Brasil – com a finalidade de resolver os problemas das dívidas públicas externas (DPEX) da União, Estados e Municípios do Brasil (BOUÇAS, 1953: 15-26). Assim como outras lideranças do empresariado, Valentim Bouças tornou-se colaborador do Governo Vargas para o qual exerceu função importante no sentido de organizar a política econômica e financeira do país. No campo das Relações Internacionais, o governo federal e sua equipe econômica traçaram um plano de ação que buscou obter apoio financeiro fora do país, sobretudo em Londres e Nova Iorque. Esse é o ponto da análise no qual se faz necessário precisar que, na City de Londres, o mais significativo interlocutor financeiro era, obviamente, *N. M. Rothschild & Sons*.

As evidências analisadas permitem concluir que devido a seu conhecimento em economia e também a seus contatos com empresas estadunidenses, Bouças acumulou um significativo capital político e social, que permitiu apresentá-lo como bastante credenciado em assuntos financeiros. O governo Vargas precisava renegociar com os banqueiros estrangeiros os contratos dos serviços das dívidas públicas externas da União, Estados e Municípios em empréstimos contraídos ainda durante a Primeira República. No ano de 1933, Valentim

Fernandes Bouças, na qualidade de negociador do Governo Provisório junto aos banqueiros, participou de várias conferências sobre os empréstimos adquiridos.

Não limitando sua ação político-social às agências do Estado-governo, Valentim Bouças participou ativamente da sociedade civil¹, o que permite conceituá-lo, portanto, como um intelectual orgânico. A análise dos estudos do pensamento econômico e financeiro expresso nos trabalhos formulados por Valentim Bouças não deixa dúvida das suas convicções favoráveis à intervenção do Governo Vargas e sua equipe econômica nas diretrizes econômico-financeiras do Brasil. Esse pensamento, que levou o empresário a tornar-se um colaborador do governo federal em assuntos econômicos, fez com que ele apoiasse o projeto Nacionalista Autoritário Varguista como forma de resolver os problemas econômicos e políticos sem ter que enfrentar os obstáculos causados pelo Congresso.

Em carta escrita de Nova Iorque em 08 de março de 1933 e remetida ao Chefe do Governo Provisório, Valentim Bouças mencionou que, assim como acontecia nos EUA, havia no Brasil a necessidade de conceder ao futuro Presidente “um poder ditatorial (...) para que [fosse possível] resolver os problemas econômicos que vinham se agravando. (...)” Prosseguindo na correspondência, argumentou a Vargas que “perder a oportunidade de ditadura e da crise universal seria praticar um erro imperdoável” (CPDOC-FGV/RJ. Arquivo Getúlio Vargas. GV 33.03.08/01. X-62. 0310/2).

A ascensão de Bouças em agências estratégicas da sociedade política, como os órgãos técnicos e consultivos que eram arenas de debates e disputas de projetos, permite confirmar o quanto este empresário e o grupo econômico por ele representado encontraram espaço social nas agências governamentais como consultores e avaliadores dos projetos políticos formulados durante o governo Vargas. Esse é o ponto da análise que convém elucidar que os interesses econômicos de Valentim Bouças e, por conseguinte, dos grupos econômicos por ele representados, entraram em conflito com os interesses de empresários industriais nacionais que faziam restrições à entrada do capital estrangeiro no Brasil em setores em que o mesmo competisse com o nacional em condições mais vantajosas.

Em parecer apresentado ao Conselho Federal do Comércio Exterior² em 07 de outubro de 1935, Valentim Fernandes Bouças criticou o empresário industrial Euvaldo Lodi, também membro do referido conselho. A questão em debate era o protecionismo aduaneiro do governo às fábricas brasileiras. Para o primeiro, o protecionismo resultava em restrição ao

¹ Valentim Bouças foi vice-presidente da *Associação Comercial do Rio de Janeiro*, em 1943-1944.

² Criado pelo Decreto nº 24.429, de 20 de junho de 1934. Sua criação se inseria no quadro das reformas político-administrativas centralizadoras e intervencionistas do Governo Vargas, no campo econômico e social.

intercâmbio comercial do Brasil com outros “grandes mercados consumidores de matérias-primas”, das quais o Brasil era produtor e fornecedor (BOUÇAS, 1953: 104).

Empresário vinculado a grandes corporações do capital estadunidense, os interesses econômico-sociais representados por Valentim Bouças entravam em ‘rota de colisão’ com projetos de agentes econômicos e sociais que eram proponentes de medidas restritivas ao capital estrangeiro no Brasil. Na condição de representante comercial no Brasil de grandes empresas como a IBM, o pensamento social de Valentim Bouças expressa à defesa de um centralismo Estatal que não tentasse obstar às inversões do capital estrangeiro na economia brasileira. A participação do referido empresário nas agências da sociedade política tinham em vista a organização da ação coletiva das frações do capital por ele representadas.

Em conferência pronunciada em julho de 1938 na Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, Bouças discorreu a respeito da função da estatística na organização dos planos econômicos. Com isso, seu pensamento expressava uma posição no debate do planejamento econômico e indagava por que o Brasil não teve um plano econômico até aquela data. Na condição de diretor-presidente e maior acionista da *Companhia Serviços Hollerith*, prestadora de serviços contábeis e estatísticos para empresas e órgãos governamentais, o empresário santista tomou partido favorável aos defensores da planificação. Para ele, a ausência de elementos fundamentais na formulação e controle do cálculo – como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – obstaculizava o surgimento de planos econômicos no Brasil (BOUÇAS, 1953: 246).

O empresário ressaltava que para tornar o planejamento exequível não bastava saber “qual a finalidade do plano”. Era essencial perguntar “para quem” a política seria traçada, qual setor econômico seria controlado e disciplinado e, por fim, quais seriam os técnicos. Em outros termos, “qual seria a orientação dos homens que vão influir na elaboração desse plano.” Sintetizando as questões sobre a formulação do planejamento e seus critérios políticos, Bouças afirmou que era preciso três indagações: 1) para quem, 2) por quem, e 3) com que finalidade seriam elaborados os planos econômicos no Brasil. Tais questões o levaram a abordar o pensamento social das tendências políticas dos distintos grupos sociais que poderiam tornar-se os elaboradores dos planos econômicos. Com isso, o empresário discorreu a respeito das três correntes políticas: a esquerda, a direita e o centro (BOUÇAS, 1953: 249-250).

O pensamento do empresário expressava seu entendimento que devido sua incapacidade de superarem as divergências, os grupos políticos indicados acima estavam impossibilitados de formularem um planejamento econômico. Tal constatação justificava a escolha por um

Estado Nacional Autoritário capaz de centralizar e organizar a economia. Com o intuito de confirmar sua tese de planejamento, Bouças indagava se os planos deviam ser formulados de forma autoritária ou democrática – ou seja, se a centralização do poder deveria ser coordenada por um estado ditatorial ou democrático.

A análise da correspondência entre Bouças e Vargas não deixa dúvidas quanto as suas convicções no Estado Autoritário como a única salvação para resolver os problemas de ordem econômica e social decorrentes da crise universal. Somente o Estado Nacional fortalecido seria capaz de reformular as diretrizes e as orientações concernentes às políticas sociais e econômicas do Brasil. O que dependeria da autonomia na escolha das equipes técnicas que formulariam os planos de governo.

Durante o Primeiro Governo Vargas, o empresário Valentim Fernandes Bouças foi requisitado pelo governo federal para colaborar na formulação das diretrizes econômicas e financeiras pelas quais o governo orientaria as decisões políticas. O pensamento político do empresário mostrava que deveria haver muita cautela na seleção do pessoal do Estado, de modo a evitar que as contradições e divisões que ocorrem no bloco no poder viessem a se manifestar nas agências técnicas onde os planos seriam formulados. Contudo, a análise cuidadosa dos relatórios e pareceres formulados pelo referido empresário mostra que ele mesmo não deixou de entrar em conflito com representantes de outros grupos industriais.

O interesse entre os grupos econômicos representados pelo empresário santista entrou em conflito com o de setores do empresariado industrial. É importante ressaltar a conjuntura transformadora que se abria a partir de 1930. Segundo Maria Antonieta Leopoldi, nessa década, os industriais acompanharam o surgimento da era keynesiana e, por conseguinte, “a transição do liberalismo econômico – na época chamado de livre-cambismo – para o protecionismo no comércio internacional.” Ao implementarem políticas protecionistas, os governos dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha reforçaram a necessidade dessa diretriz na conjuntura internacional (LEOPOLDI, 2000: 111).

Essa mudança afetou também o Brasil, resultando em conflito de interesses entre as classes representadas por Valentim Bouças e Euvaldo Lodi ainda em 1932. Bouças, então secretário da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios³, na referida comissão expôs um trabalho propondo “a extinção definitiva dos impostos

³ A Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios foi criada pelo Decreto nº 20.631, de 09 de novembro de 1931, ficando sob a direção do Ministério da Fazenda. A comissão tinha uma Secretaria Técnica encarregada de fazer uma auditoria nos serviços das dívidas públicas externas da União, Estados e Municípios do Brasil, atribuição que lhe foi dada pelo Decreto nº 22.089, de 16 de novembro de 1932. Esse conselho deu origem ao Conselho Técnico de Economia e Finanças.

alfandegários, a ser executada progressivamente ao longo de um período de cinco anos.” Houve reação imediata da parte dos industriais, liderados por Euvaldo Lodi e Vicente Galliez, membros da *Federação das Indústrias do Rio de Janeiro*, que criticaram Bouças, afirmando a necessidade de proteção também para o setor industrial (LEOPOLDI, 2000: 111-112).

Outro ponto de desentendimento entre os interesses de frações do capital, representados pelo empresário Valentim Fernandes Bouças e os industriais brasileiros, relacionava-se ao drawback.⁴ Em parecer apresentado ao *Conselho Federal do Comércio Exterior*, em agosto de 1935, Bouças discordou do anteprojeto de lei proposto por industriais representados por Euvaldo Lodi – que excluía “dos benefícios do drawback as matérias-primas fundamentais de qualquer indústria. (...)” (BOUÇAS, 1953: 89).

As motivações econômico-sociais, dessa objeção à perda dos direitos do drawback para matérias-primas, ficam claras, quando tomamos ciência de que ele estava vinculado à exploração das atividades extrativistas da borracha na Amazônia. Convém ressaltar que Bouças era vinculado à “subsidiária brasileira da Goodyear, que vendia pneus para o estrangeiro sem preços máximos.” Era grande acionista do Banco de Crédito da Borracha, atuando no setor financeiro (SECRETO, 2011: 104-105).

Todos os fatores até aqui analisados mostram que o referido empresário dispunha de um capital social bastante significativo também nos EUA. Dispunha de conexões sociais com empresas fabris que usavam a borracha como matéria-prima ou bem intermediário e, ao que tudo indica, com pessoas bem relacionadas com o Departamento de Agricultura da capital estadunidense. O pensamento expresso nas fontes analisadas mostra que ele buscava ocupar postos estratégicos em agências do Estado-governo, com a finalidade de defender seus interesses de classe. A partir dessa guerra de posição, organizava e mobilizava a vontade coletiva das frações do capital por ele representadas.

Essa informação de ser Valentim Bouças grande acionista do Banco de Crédito da Borracha ressalta sua atuação, também, no setor financeiro vinculado à exploração da borracha no estado do Amazonas, sendo bastante esclarecedora. O pensamento desse empresário também o levou a abordar questões vinculadas ao problema do crédito do Brasil. Segundo Geraldo Beauclair, “a preocupação com o problema do crédito levou o Governo a [estudar melhor] o comportamento de tais entidades no Brasil.” Em ata de reunião do Conselho Técnico de Economia e Finanças, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, sessão realizada em 27 de outubro de 1939, Valentim Bouças chamou a atenção para o fato de que

⁴ “O drawback consiste na devolução dos impostos de importação aos industriais que produzem para exportação” (LEOPOLDI, 2000: 117).

“tornava-se indispensável proceder a uma revisão das medidas que regulavam esta modalidade de inversão de capitais estrangeiros.” Beauclair ressalta, ainda, que o interesse do Governo na expansão do crédito vinha de encontro à necessidade de obter recursos para o financiamento do setor produtivo industrial (BEAUCLAIR, 1974: 53-54).

A ação política de classe, voltada para a manutenção ou para a transformação de estruturas, é inviável sem a prévia organização política. Esse tipo de organização tem como ponto de partida a sociedade civil, condição sem a qual a força política, organizada em vontade coletiva de classe, é incapaz de fazer-se ação de classe organizada, formulando e difundindo um *modus operandi* que atue sistemática e historicamente na classe, consubstanciando-se em consciência, organização, vontade, atitude e reprodução dos valores da classe. As lideranças orgânicas a serviço da classe ou suas frações, desempenhando seu papel intelectual-pedagógico, detêm função estratégica nesse processo de organização da luta política.

Os aparelhos privados de hegemonia são *locus* organizativos dessas ações, ampliando-as e ramificando-as junto às agências das sociedades civil e política. É por meio dos partidos políticos, tomados aqui de acordo com a concepção gramsciana, que se organiza a engenharia social da hegemonia com o objetivo de construí-la através de uma guerra de posições junto ao Estado ampliado. De acordo com essa abordagem teórica, o Estado é formado por um complexo composto tanto por aparelhos privados de hegemonia quanto por instituições governamentais, que compõem o Estado Restrito. É, neste terreno, que a luta política materializa-se, tendo como objetivo a conquista de postos avançados na sociedade política.

A conjuntura aberta, a partir de outubro de 1930, consolidada com a formação do governo Constitucional Liberal de 1934 a 1937, criou condições para uma participação mais ativa de amplos setores burgueses no âmbito político legislativo. Nessa época, muitos industriais e outros representantes da burguesia comercial e financeira foram eleitos deputados classistas, assumindo, no espaço da sociedade política, a função de legislar. Industriais como, por exemplo, Euvaldo Lodi, Henrique Laje, Horácio Lafer e Roberto Simonsen, foram Constituintes em 1934 e exerceram Legislatura como Deputados no biênio de 1935-1937. Temos conhecimento de que, talvez com exceção de Laje, os demais participaram ativamente das associações classe⁵, o que indica sua significativa ação política junto à sociedade civil.

⁵ Euvaldo Lodi participava ativamente da Confederação Nacional da Indústria, da Federação Industrial do Rio de Janeiro e do Centro Industrial do Rio de Janeiro. Foi presidente da CNI e da FIRJ. Roberto Simonsen e Horácio Lafer atuavam no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

O conceito de bloco histórico formulado por Gramsci, unidade entre estrutura econômica e superestrutura, contribui sensivelmente para pensar a relação entre ambas, levando em conta suas respectivas especificidades e a diversidade dos interesses em luta – econômicos, políticos, culturais. Gramsci aprofundou a análise materialista nos estudos de política, ampliando as ferramentas teóricas para pensar a luta pela hegemonia. A partir desta chave analítica, o econômico e o político mostram-se como historicamente inseparáveis. A luta por interesses empresariais perpassa, inevitavelmente, as arenas políticas.

Através da sociedade civil, os intelectuais orgânicos exercem função diretiva e organizativa (educativa) inerente à função de intelectual orgânico. Segundo Gramsci, “o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual)”, devendo possuir uma capacidade técnica que não se restrinja à atividade econômica de seu interesse – o que significa ampliar sua atuação para além do campo meramente econômico (GRAMSCI, 2011: 15). Em outros termos, não se limitando ao nível da infraestrutura, mas estendendo seu raio de ação ao nível superestrutural. Cabe ao intelectual orgânico burguês a tarefa de organizar as relações sociais exteriores ao espaço da empresa.

Resulta disso que o exercício das atividades empresariais e, por conseguinte, seus interesses econômicos, ligam-se àquilo que chamamos prática político-empresarial. Esta ação social de classe somente pode ser entendida em sua conexão com o conceito de bloco histórico, relação dialética entre economia e política. Ao analisar as frações de classe burguesas, representadas por Valentim Fernandes Bouças, é preciso levar em conta tanto sua relação com o capital estadunidense quanto a sua relação com as agências que formavam o Estado restrito Autoritário, que emergiu na conjuntura aberta a partir de 1930.

No campo da política financeira o pensamento de Bouças também serviu como orientação a algumas diretrizes políticas que foram adotadas pelo Governo Vargas. Devido à depressão econômica do entreguerras, o governo federal e os estados e municípios passaram a ter crescentes dificuldades para cumprir os contratos de pagamento dos seus respectivos serviços das dívidas públicas externas. Em relatório apresentado à Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, em 06 de novembro de 1932, o empresário santista afirmou que a maioria dos Estados era imprudente no registro das remessas de capital feitas aos credores. Em decorrência disso, faltavam informações precisas que permitissem calcular quanto o erário público despendeu no resgate dos serviços dos empréstimos com credores estrangeiros (BOUÇAS, 1953: 33).

Analisar o pensamento de Valentim Fernandes Bouças na esfera da política financeira é essencial para a compreensão da política externa do Governo Vargas no sentido de renegociar com setores do capital estrangeiro os termos de pagamentos dos títulos das DPEX. Além disso, o empresário exerceu função estratégica nas negociações com o governo dos EUA, uma vez que seu vínculo com grandes corporações estadunidenses concediam-lhe credibilidade nos círculos políticos e econômicos estadunidenses. Já em 1932, Bouças afirmava ao governo federal que a maioria dos Estados foi imprudente na organização de suas finanças – fator que explicava o desleixo dos governos de Estados e Municípios em obter e conservar documentos que informassem a respeito de seus empréstimos com firmas financeiras internacionais. Segundo Bouças, os governos estaduais estavam desprovidos de uma “engrenagem de informações de tamanha relevância”, que os capacitassem a lidar com os banqueiros internacionais (BOUÇAS, 1953: 34 - 35).

O relatório do secretário da *Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos de Estados e Municípios* sugeria a necessidade de uma intervenção do governo federal na política financeira nacional. Para Bouças, o governo Vargas era o único que tinha condições de por em prática uma política de reorganização financeira. Valentim Bouças exerceu papel importante na política externa, colaborando na diplomacia financeira do Governo Vargas. Conforme demonstrou Geraldo Beauclair, durante o quinquênio de 1931 a 1935, “a média da dívida externa ascendia a £ 265 milhões, ao passo que o saldo médio da balança comercial não alcançava a £ 11 milhões.” Com a finalidade de elevar a receita brasileira através do “aumento das exportações”, o governo Vargas enviou representantes para negociar a intensificação da compra de produtos brasileiros pelos países credores (BEAUCLAIR, 1974: 23).

Valentim Fernandes Bouças tornou-se o executor da alta política do Governo Vargas no campo financeiro. Uma análise das atas de reuniões com banqueiros do círculo financeiro de Nova Iorque nos dá uma dimensão da função dele como um diplomata das finanças a serviço do Governo e sua equipe econômica. Ele permaneceu nos Estados Unidos de janeiro a junho de 1933, onde se reuniu com credores e realizou auditoria junto aos “círculos financeiros onde Estados e Municípios tinham interesses ligados” (BOUÇAS, 1934: 03).

Entre os grupos financeiros com os quais o secretário da CEFEM renegociou os termos de pagamento dos serviços das DPEX da União, Estados e Municípios do Brasil, destacamos, *National City Bank, The National City Company, Dillon Read & Company, White Weld & Company, First of Boston Corp e Ladenburg, Thalmann & C.* Nas reuniões com as empresas financeiras supracitadas, os banqueiros expressam sua insatisfação para com a preferência que

o Governo Brasileiro dava a Inglaterra no que se relacionava a política cambial. Habilidade diplomata das finanças, Valentim Bouças expressou o desejo de colher dados e informações a respeito dos compromissos da dívida pública e sinalizou, assim, o início de um planejamento econômico-financeiro que atenderia parte das demandas do capital financeiro estadunidense.

Muito dependente da exportação de gêneros agrícolas, o governo Vargas estava bastante vulnerável às pressões políticas feitas pelo grande capital financeiro, que desejava o pagamento dos compromissos. Em vista disso, a diplomacia financeira de Vargas precisou renegociar os contratos e se organizar política e economicamente para buscar meios de suportar pressões externas. Devido sua proximidade com grandes empresas estadunidenses, Valentim Bouças foi um dos intelectuais que atuou na organização da diplomacia financeira do governo.

Afetado pela crise cambial o governo Vargas tinha dificuldades em honrar seus compromissos com o capital estrangeiro. Segundo a crença de muitos intelectuais e assessores de Vargas, ficava claro que o paradigma político liberal era outro obstáculo que precisava ser superado pelo Estado. Valentim Bouças era um dos que compartilhavam dessa crença. Isso fica evidente em correspondência que ele escreveu a Getúlio Vargas de Nova Iorque, em 08 de março de 1933. Na carta Bouças sugeriu o adiamento das eleições no Brasil, mencionando que, no futuro, essa medida resultaria em melhores consequências.

O pensamento social do empresário Valentim Bouças nos documentos analisados expressa sua colaboração na organização do projeto político-financeiro do Governo Vargas. O pensamento expresso nas atas de reunião com os credores evidencia seu alinhamento com uma política intervencionista em processo de gestação. E, também, sua função essencial no campo de uma diplomacia econômica que se delimitava no novo governo, buscando diálogo com o capital internacional – com o qual o Presidente Vargas não podia romper.

Segundo Gérson Moura, até o final da década de 1930 as relações comerciais Teuto-Brasileiras cresceram muito. O governo Roosevelt manteve-se vigilante a esse respeito, embora tenha evitado impor represálias contra o Brasil – uma vez que essas políticas poderiam aproximar mais ainda Brasil e Alemanha (MOURA, 1980: 581). É nessa conjuntura que Valentim Bouças se reuniu com agentes econômicos e políticos dos EUA, fazendo negociações de caráter econômico e financeiro. O governo Vargas se equilibrava em uma relação econômica entre os dois centros hegemônicos no capitalismo internacional – EUA e Alemanha. Era alemão o capital da empresa aérea VASP no período em que ela iniciou suas atividades no Brasil. Eram de fabricação germânica os aviões que faziam a rota Rio de Janeiro – São Paulo (SCOREL, 2002: disco 03).

Cumprer ressaltar que a aquisição de produtos da empresa alemã Krupp pelo Governo Vargas em 1937 e 1938 evidencia mais um aspecto da forte atuação de frações do capital germânico nas relações teuto-brasileiras. Os dois contratos celebrados entre governo brasileiro e a referida indústria alemã tinham a finalidade de fornecer material bélico ao Exército brasileiro. O custo dos dois contratos chegava a “10 milhões de libras” (TRONCA, in FAUSTO, 2007: Tom. 3, Vol. 10, 416). No dia 31 de março de 1938, Getúlio Vargas registrou em seu diário que recebeu do major Brasil “a exposição do ministro da Guerra Eurico Dutra, com a cópia dos contratos de armamentos feitos com a Casa Krupp para aparelhamento completo do Exército” (VARGAS, 1995: 120).

Em março de 1938, Valentim Bouças participou da Conferência dos Secretários de Fazenda, onde expôs um trabalho intitulado Política Financeira do Brasil. O trabalho apresentado pelo secretário do *Conselho Técnico de Economia e Finanças* tratou de assuntos como aspectos da produção, fontes de receita, situação orçamentária dos estados e situação financeira dos estados. Ao discorrer sobre a questão financeira na conferência dos Secretários de Fazenda, ele tratou da situação financeira dos Estados brasileiros. Segundo Bouças, as dívidas externas somavam um total de quatro milhões e trezentos e doze mil contos.

Acrescentou, ainda, que devido aos numerosos empréstimos feitos pelos Estados, em muitos deles as despesas com os juros se elevava “a quase 25% do total da despesa.” Tais empréstimos foram contraídos, em maioria, para cobrir déficits orçamentários – sendo raros os casos em que houve inversão desses capitais na construção ou fomento de alguma atividade produtiva (BOUÇAS, 1953: 237-238). O pensamento do empresário santista expresso no trabalho apresentado na conferência supracitada criticava tal procedimento dos Estados signatários dos empréstimos internacionais. O conjunto de evidências disponíveis na documentação analisada mostra as relações econômico-sociais entre Valentim Bouças, Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha e Arthur de Souza Costa. Mostram que o primeiro exerceu relevante atribuição na grande política do Governo Vargas junto aos credores internacionais.

Conforme demonstrou Francisco Luiz Corsi, devido a delicada situação decorrente da situação cambial, “uma das primeiras medidas decretadas pelo Estado Novo foi declarar a moratória da dívida externa” (CORSI, 2000: 67). A diretriz política do Estado Novo era renegociar com os credores formas alternativas de pagamento dos serviços das DPEx que não prejudicassem o crescimento da economia brasileira. As renegociações dos termos de pagamento dos títulos das dívidas públicas externas atravessaram o Primeiro Governo Vargas e constituíram ponto estratégico na sua política externa. Em correspondência remetida ao Presidente Vargas em 1939, Bouças informou da missão que vinha desenvolvendo nos EUA –

conforme lhe fora atribuída por Vargas e pelo ministro da Fazenda Souza Costa. Nos Estados Unidos, Valentim Fernandes Bouças esteve com Cordell Hull e Sumner Welles, respectivamente Secretário e Subsecretário de Estado do Presidente Roosevelt (CPDOC-FGV/RJ. Arquivo Oswaldo Aranha. OA 39.01.06 / 3 cp. Fot. 0293).

Segundo John Wirth, S. Welles era conhecido de Oswaldo Aranha desde os tempos em que este foi embaixador do Brasil nos EUA – ambos mantinham boas relações no campo político. Aranha sabia que Sumner Welles era “adepto da Política Rooseveltiana da Boa Vizinhaça e arquiteto de relações excepcionalmente cordiais entre os Estados Unidos e o Brasil.” Desde setembro de 1934, por intermédio de Cyro de Freitas-Valle – parente próximo de Oswaldo Aranha –, que banqueiros do círculo financeiro nova-iorquino eram sondados por representantes do governo Vargas, desejoso de obter o crédito que o Brasil necessitava (WIRTH, 1973: 11).

O governo dos EUA, por meio do Departamento de Estado, chefiado por Sumner Welles, negociava com Bouças os termos de ‘colaboração’ com a diplomacia financeira do Estado Novo. Em 08 de janeiro de 1939, dois dias após a visita de Valentim Bouças ao Secretário Welles, o empresário santista e secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças recebeu um telegrama do Presidente Roosevelt avisando-o que o receberia no dia seguinte. Na reunião Franklin Roosevelt afirmou esperar que o acordo feito com Oswaldo Aranha se tornasse “a pedra fundamental de um grande monumento consagrado à amizade e aos mútuos interesses de ambas nações.” Dito isso, Roosevelt declarou-se contra o comércio de compensação, argumentando que o mesmo obrigava as nações providas de poucos recursos a fornecerem suas matérias-primas em condições miseráveis, em troca de produtos manufaturados, em condições que não permitiam o desenvolvimento industrial nesses países fornecedores de produtos primários (CPDOC-FGV/RJ. Arquivo Oswaldo Aranha. OA 39.01.06 / 3 cp. Fot. 0293).

Diferentemente do que mencionou o Presidente dos EUA, além do seu grande mercado consumidor, o Brasil interessava aos Estados Unidos inclusive por ser um país rico em recursos naturais. Defensor da aproximação com Washington, Valentim Bouças era uma peça-chave na neutralização da influência do capital alemão nas relações comerciais brasileiras. A gestão Roosevelt tinha no empresário Valentim Bouças um aliado valioso na disputa com a Alemanha pela influência no Brasil. Os contatos dele com políticos próximos ao Presidente dos EUA, como Sumner Welles, por exemplo, ajudaram-lhe a se aproximar de importantes grupos financeiros. Foi Welles quem apresentou o secretário do CTEF e representante do Ministério da Fazenda do Brasil ao Presidente do *Bankers Trust* – com quem

o governo brasileiro pretendia negociar a compra de produtos nacionais (CPDOC-FGV/RJ. Arquivo Oswaldo Aranha. OA 39.01.06 / 3 cp. Fot. 0293).

O plano elaborado pelo ministro Oswaldo Aranha culminou na chamada Missão Aranha (1939), a qual representou, na política externa, a aproximação entre Brasil e Estados Unidos. É pertinente ressaltar que pelo lado do governo Franklin D. Roosevelt, tal política tinha como finalidade específica minar a aproximação do governo brasileiro com a Alemanha Nazista, o que acontecia por meio das relações comerciais teuto-brasileiras. Além disso, a gestão Roosevelt buscava fortalecer a influência política dos EUA no Brasil. O chamado *plano Aranha* inseria-se na conjuntura marcada pela disputa geopolítica entre governos das duas grandes potências, cientes da iminência de uma guerra. Na correspondência ao Presidente Vargas, Bouças buscou demonstrar que havia uma aproximação ideológica e política entre ele e o presidente dos EUA. Afirmou que “as ideias do Presidente Roosevelt em relação a administração pública [eram] perfeitamente idênticas as [dele], muito especialmente [no que se relacionava] a orientação da política social.” Sendo um representante dos interesses econômico-sociais do Estado Novo, Valentim Fernandes Bouças deixou claro que o principal objetivo dessa viagem era a expansão das exportações brasileiras aos Estados Unidos. Ele afirmava que sem a resolução desse problema, o governo brasileiro jamais poderia “sanar as dificuldades cambiais” que estava enfrentando (CPDOC-FGV/RJ. Arquivo Oswaldo Aranha. OA 39.01.06 / 3 cp. Fot. 0293).

O pensamento social do referido empresário brasileiro, expresso na documentação analisada, está vinculado a sua trajetória na condição de agente da alta política do Governo Vargas. Os vínculos socioeconômicos que ele tinha com grandes empresas como a IBM e a *Goodyear do Brasil*, por exemplo, somados a posição que ele ocupava em agências da sociedade política como o *Conselho Técnico de Economia e Finanças* e o *Conselho Federal do Comércio Exterior*, davam-lhe bastante proeminência no campo político. A isso devemos acrescentar que ele era muito bem relacionado com figuras importantes no círculo do governo Vargas.

Em 30 de novembro de 1940, Getúlio Vargas registrou em seu diário que recebeu Marques dos Reis, o qual retornava de viagem dos Estados Unidos, onde negociou 25 milhões com o *Banco do Brasil* e o *Export and Import Bank*, e o Valentim Bouças que trouxe a exposição sobre a borracha e tratou de outros assuntos administrativos relacionados a sua função de secretário da Comissão de Defesa da Economia Nacional e o Conselho Técnico de Economia e Finanças (VARGAS, 1995: 335).

Conclusão

Em última análise, as ideias de Valentim Bouças são a síntese de uma época em que a descrença no liberalismo como paradigma político levou muitos intelectuais a aderirem ao projeto nacionalista autoritário do Estado Novo. Ele se tornou colaborador do governo Vargas na elaboração de planos políticos e negociações estratégicas na política externa do Governo Federal. Participou ativamente das agências do Estado capitalista brasileiro no período analisado, na condição de intelectual orgânico das frações do capital representadas por ele. Conforme ressaltou Sônia Regina de Mendonça, a convergência entre o empresariado brasileiro e o pensamento social autoritário no Brasil “permitiu ao empresariado brasileiro tornar-se um ator estratégico no esquema de alianças que favoreceu a consolidação do novo regime, ainda que [o empresariado industrial] não tivesse detido a hegemonia nesse processo (...)” (MENDONÇA, 1985: 21).

É interessante observar a trajetória econômico-social de Valentim Bouças mapeando sua coexistência e interconexão com frações do capital estrangeiro. No caso do segundo, é inegável seu vínculo socioeconômico com setores do capital financeiro estadunidense cujas inversões na economia brasileira destinavam-se ao setor primário exportador. A atuação de Bouças no setor financeiro fica em evidência ao analisarmos os aportes de capital financeiro que, na forma de crédito, auxiliaram a produção da borracha com a finalidade de abastecer as necessidades da economia de guerra dos EUA. O comércio externo da borracha colhida no Vale Amazônico assim como a política creditícia do *Banco de Crédito da Borracha*, do qual Valentim Bouças era grande acionista, é algo que não pode ser negligenciado. Cumpre enfatizar, portanto, que a política creditícia do Governo Vargas e sua equipe econômica para incentivar a produção da borracha, contou com a participação do referido empresário santista e sua negociação com o capital financeiro americano.

Bibliografia e outras fontes analisadas

BEAUCLAIR, Geraldo de. **A Evolução do Sistema Financeiro na época Vargas**. Monografia apresentada para obtenção do grau de mestre em História, orientada pelo Prof. Stanley Hilton. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 1974.

BOUÇAS, Valentim. **Estudos Econômicos e Financeiros: meio século de trabalho**. Edições Financeiras S.A., RJ: 1953. Vol. I.

_____. *Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios. Ministério da Fazenda. Finanças dos Estados do Brasil. À margem da viagem aos Estados Unidos em 1933. Orçamentos Estaduais para 1932 e 1933*. Volume II. – 3ª Edição. RJ, Typ

do Jornal do Comércio, Rodrigues & C, 1934. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. SP: Editora UNESP: FAPESP, 2000. – (Prismas / PROPP).

Era Vargas: 35 – O Assalto ao Poder. Direção: Eduardo Escorel. Disco 03; Ano de Produção: 2002. País de produção: Brasil.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. – 4ª Ed. RJ: Civilização Brasileira, 2011. Vol. 3.

LEOPOPLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado**. SP: Paz e Terra, 2000.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: opções de Desenvolvimento**. RJ: Graal, 1985.

MOURA, Gérson. *A revolução de 1930 e a política externa brasileira: ruptura ou continuidade*. In: **A REVOLUÇÃO de 1930: seminário internacional**. CPDOC/FGV. Brasília, D.F. Ed, UnB, c1982.

SECRETO, Maria Verônica. *Mais Borracha Para a Vitória. Campanha de recrutamento de trabalhadores e fracasso social na exploração de borracha durante o governo Vargas*. In: **Estudios Rurales, Publicación de Centro de Estudios de La Argentina Rural**. Bernal, Vol. 1, Nº 1, 2011. ISSN: 2250. (Página 79 – 107).

TRONCA, Ítalo. *O Exército e a Industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942)*. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano: sociedade e política (1930 – 1964)**. – 9ª ed. – RJ: Bertrand Brasil, 2007. – (História Geral da Civilização Brasileira). Tom. 03, Vol. 10.

VARGAS, Getúlio. **Diário (1937-1942)**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. Vol. II.

WIRTH, John. **A política do desenvolvimento na Era de Vargas**. RJ: FGV, Serviço de Publicações, 1973.